

PRÁTICAS SEXUAIS E ASPECTOS MORAIS: categorias emergentes da revisão sistemática de literatura

*Isabela de Oliveira Fogaça
George Miguel Thisoteine
Andre Luiz Gellis*

Resumo

É dever do Estado garantir os Direitos Sexuais dos indivíduos. Quando os aspectos morais recaem sobre as práticas sexuais constituem-se estigmas que se tornam barreiras para esses indivíduos. Assim, este artigo de delineamento qualitativo, de tipo exploratório-descritivo, por meio de uma revisão sistemática de literatura, levantou aspectos morais ligados à percepção de grupos sociais sobre suas práticas sexuais. Foram encontrados 12 artigos e construídas quatro categorias emergentes mutuamente excludentes, sendo elas: 1.expressão da moralidade em práticas sexuais de pessoas heterossexuais; 2.expressão da moralidade em práticas sexuais de adolescentes jovens; 3.expressão da moralidade em práticas sexuais de homens homossexuais; e 4.práticas sexuais e ambiguidade conceitual. A compreensão da incidência da moral sexual nas práticas sexuais permite avançar na compreensão das barreiras de acesso à saúde e à educação. Entretanto, faltam tanto pesquisas que orientem a compreensão crítica das práticas como das formas de garantir direitos.

Palavras-chave: Organização Mundial de Saúde; Direitos Sexuais; Moral sexual; Práticas Sexuais.

SEXUAL PRACTICES AND MORAL ASPECTS: emerging categories from a systematic literature review

Abstract

It is the duty of the state to guarantee the sexual rights of individuals. When moral aspects affect sexual practices, problems arise in guaranteeing certain practices. Thus, this qualitative, exploratory-descriptive article, through a systematic literature review, looked at moral aspects linked to the perception of social groups about their sexual practices. Twelve articles were found and four mutually exclusive emerging categories were constructed: 1.expression of morality in the sexual practices of heterosexual people; 2.expression of morality in the sexual practices of young adolescents; 3.expression of morality in the sexual practices of homosexual men; and 4.sexual practices and conceptual ambiguity. Understanding the impact of sexual morality on sexual practices allows us to make progress in understanding the barriers to access to health and education. However, there is a lack of research to guide a critical understanding of these practices and ways of guaranteeing rights.**Keywords:** World Health Organization; Sexual Rights; Sexual Morality; Sexual Practices.

PRÁCTICAS SEXUALES Y ASPECTOS MORALES: categorías emergentes de una revisión bibliográfica sistemática

Resumen

Es deber del Estado garantizar los derechos sexuales de las personas. Cuando los aspectos morales afectan a las prácticas sexuales, surgen problemas para garantizar determinadas prácticas. Por lo tanto, este artículo cualitativo, exploratorio-descriptivo, a través de una revisión sistemática de la literatura, examinó los aspectos morales vinculados a la percepción de los grupos sociales sobre sus prácticas sexuales. Se encontraron 12 artículos y se construyeron cuatro categorías emergentes mutuamente excluyentes: 1.expresión de la moralidad en las prácticas sexuales de personas heterossexuales; 2.expresión de la moralidad en las prácticas sexuales de jóvenes adolescentes; 3.expresión de la moralidad en las prácticas sexuales de hombres homossexuales; y 4.práticas sexuales y ambigüedad

conceptual. Comprender el impacto de la moral sexual en las prácticas sexuales permite avanzar en la comprensión de las barreras de acceso a la salud y a la educación. Sin embargo, faltan investigaciones que orienten una comprensión crítica de esas prácticas y formas de garantizar derechos.

Palabras clave: Organización Mundial de la Salud; Derechos sexuales; Moral sexual; Prácticas sexuales.

INTRODUÇÃO

A partir dos Direitos Sexuais, a sexualidade é colocada como um objeto de predicado e, por isso, de direito de todas as pessoas no mundo, garantindo os próprios Direitos Humanos (OMS, 2020). Nos dias atuais, pode-se pensar que a sexualidade é vivida de modo mais amplo do que em séculos anteriores, estando mais integrada com a sociedade e na sociabilidade geral. Assim, a sexualidade compreendida como um direito remeterá também à saúde e aos seus modos de garantia. Por conta disso, o relatório da Organização Mundial de Saúde, Saúde Sexual, Direitos Humanos e a Lei (2020), estabelece que a

capacidade de indivíduos terem bem estar e saúde sexual depende do acesso a informações abrangentes sobre sexualidade, conhecimento sobre os riscos enfrentados, vulnerabilidade às consequências adversas da atividade sexual e acesso a cuidados de saúde sexual de qualidade e a um ambiente que defenda e promova a saúde sexual. Além de serem prejudiciais à saúde sexual, a discriminação e as desigualdades também são violações dos direitos humanos (p.10, grifos nossos).

Entretanto, as formas de discriminação e os estigmas relativos às identidades sexuais e ao gênero constituem uma barreira para esse acesso à saúde, pois a oferta de serviços necessários envolve a formação dos profissionais, na atuação em áreas “acerca da sexualidade, e em aspectos mais gerais para lidar com os vários tipos de usuários(as) de forma respeitosa e livre de julgamentos, com sensibilidade às dimensões de gênero e direitos humanos” (OMS, p.31). Além disso, é fundamental que da parte desses profissionais haja a garantia “de privacidade, confidencialidade e tomada de decisão informada” (OMS, p.11) para que de fato as consequências de uma educação para a sexualidade tenham efeito de promoção de saúde e garantia dos direitos sexuais.

As condições de acesso derivam do que é compreendido como aspectos de qualificação dos profissionais que prestam serviços ligados à sexualidade (OMS, 2020). Porém, esses profissionais são divididos entre saúde e educação. Os primeiros dependem de qualificação e capacitação contínua para exercerem as competências necessárias de prestação de cuidados nessa área; enquanto que na educação as condições de qualificação se expressam por meio da atuação de “professores(as) treinados(as) que usam métodos pedagógicos adequados para a faixa etária e o contexto” (OMS, 2020, p.47). Estes dependem de uma compreensão do que é a educação sobre informações da sexualidade, que de acordo com a OMS (2020), pode ser compreendida como “informações sobre sexo e sexualidade, diferentes formas de relacionamento e práticas sexuais, assim como ideias e opiniões que representam diferentes perspectivas da sexualidade” (p.47; grifos nossos).

Os valores morais correspondem a um dos aspectos mais importantes que podem ocasionar barreiras para o acesso das informações sobre a sexualidade, uma vez que estão

ligados aos modos jurídicos de regimento da vida em cada sociedade. Com isso, compreende-se que a desconstrução da moralidade por meio de preconceitos e estigmas é de suma importância para se atingir acesso de alta qualidade à saúde sexual (OMS, 2020). Desse modo, compreender os juízos que a população faz da sexualidade permite avançar para a superação dessas barreiras.

Ainda de acordo com a OMS (2020), as práticas sexuais são parte do entendimento amplo da sexualidade, mas ao mesmo tempo são objetos de preconceito e estigma, como a própria sexualidade. A compreensão da influência da sexualidade, das regras culturais e da sociabilidade nas práticas sexuais é um tema de estudo já constituído na literatura científica.

Sigmund Freud já antes de do século XX anunciava a importância de compreender a influência sexual na vivência subjetiva e social. As categorias de neurastenia e neurose de angústia identificam formas de sofrimento ligadas respectivamente à insatisfação sexual e à sua repressão (1996a). Em *Moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna* (1996b) problematiza como a repressão e a educação sobre a sexualidade imposta pela Família, o Estado e a Religião podem ser reportadas a formas de adoecimento mental e conflitos nas relações pessoais e de trabalho. Ainda é possível observar em *Totem e tabu* (1996c) a influência das relações sexuais na determinação da organização social desde os povos não europeus até os próprios ocidentais; em *Mal-estar na civilização* (1996d), mesmo sendo um dos textos mais posteriores da obra de Freud, a sexualidade aparece como um âmbito indissociável da vida psíquica, desde a sua constituição até a mediação da relação adulta com outras esferas socialmente constituídas.

Posteriormente a Freud, pode-se observar nas reflexões de Michel Foucault sobre a *História da Sexualidade* (1999) o que ele identifica como clímax da expressão do controle da sexualidade. Conforme Foucault identifica que o Estado e a Religião, primordialmente, construíram formas de controle sobre os corpos na modernidade por meio da sexualidade. Isso permite compreender que as formas de subjetivação e sociabilidade passam a ser mediadas de forma mais abrangente pela categoria da sexualidade (CANASIRO et al., 2021). Foucault (2000) ainda enfatiza que o controle do Estado sobre a sexualidade se estende até a construção dos direitos sociais e das formas de organização entre as pessoas em prol da reivindicação e justificativa dos mesmos direitos. Além disso, Foucault (2015) localiza que a clínica psicológica e psicanalítica é tanto um dispositivo disciplinar como um lugar de construção de subjetividades nos quais a sexualidade é um fundamento basilar no sentido da experiência e do saber constitutivos desses espaços.

O problema do juízo moral, ou de uma regulação ético-moral, sobre as práticas sexuais pode igualmente ser identificado em questões contemporâneas. Barreto (2020) discute as concepções de práticas sexuais a partir das categorias de consentimento, cuidado e responsabilidade, articulando formas de regulação moral da sexualidade e de suas práticas junto à ética neoliberal, portanto,

na possível passagem de um regime da sexualidade pautado na linguagem biomédica para um novo regime pautado na linguagem sociojurídica, envolvendo os planos das moralidades, da racionalidade e da política. Estariam em jogo nessa passagem novos critérios para definir os limites do aceitável do ponto de vista da sexualidade - que passariam do caráter reprodutivo ou não das práticas sexuais para a consensualidade, o

autocontrole e a responsabilidade - e novos estilos de regulação moral (BARRETO, 2020, p.211).

Arruda e Soares Junior (2021) problematizam o discurso de representantes políticos sobre o entendimento do gênero e das práticas sexuais, destacando a influência cristã e conservadora presente nas decisões legislativas analisadas. Barreto (2017) enfatiza que as pesquisas e discursos que buscam abordar o tema das práticas sexuais enfrentam preconceitos e desafios devido aos valores morais dominantes na sociedade. E, Boechar e Oliveira (2021) enfatizam o ressentimento político e a semiformação como responsáveis pela reprodução de valores ideológicos conservadores, inclusive nas práticas educativas das escolas.

De outro modo, Ribeiro (2020) afirma a influência dos avanços sociais (feministas e pró-LGBTQIAP+) no entendimento sobre as práticas sexuais e mesmo no conhecimento sobre o corpo e a satisfação. Sartori (2021) sinaliza a importância da mobilização das minorias identitárias para a mudança e alteração de leis e políticas públicas, no sentido de ampliar o entendimento e os valores morais sobre a sexualidade. Neto, Soares Junior e Bassalo (2021) indicam enfim, a necessidade da educação se deter sobre a sexualidade em vista do desenvolvimento crítico e ampliado das concepções que se tornam determinantes na formação dos profissionais.

Assim, compreendida a importância e a relevância da investigação sobre a determinação moral, o entendimento da sexualidade e das práticas sexuais, este trabalho busca levantar como na literatura científica se pode observar o entendimento moral da população sobre as práticas sexuais. De modo mais específico esse trabalho buscou investigar as percepções morais acerca das diferentes práticas sexuais estabelecidas pela literatura.

METODOLOGIA

Esse trabalho é fruto de uma pesquisa de delineamento qualitativo, de caráter descritivo-exploratório. Trata-se de uma pesquisa de revisão sistemática da literatura (SAMPLERI; COLLADO; LUCIO, 2006). Os artigos levantados foram analisados a partir do procedimento de análise de conteúdo, priorizando a construção de categorias temáticas mutuamente exclusivas (BARDIN, 2011). A análise temática consistiu em três grandes etapas: 1) leitura e pré-análise do material levantado; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados sob a forma de categorias emergentes mutuamente excludentes.

Para tanto, foi estabelecida como base de dados de levantamento o Periódico Capes, com acesso CAFe institucional. A pesquisa foi realizada inicialmente combinando o descritor booleano “práticas sexuais” com outros descritores “concepção” ou “percepção”, porém foi observado que o material específico para abordar diretamente o objeto das práticas sexuais era escasso. Assim, se realizou uma pesquisa com os descritores “práticas sexuais” e “sexualidade”, onde ambos os descritores eram “é/exato”, o tipo de material selecionado foram artigos, com prospecção de cinco anos, sem critérios de qualidade e língua. Foram encontrados 99 artigos, sobre os quais se realizaram critérios de exclusão. Os critérios de exclusão foram: considerar apenas artigos sobre populações brasileiras; não considerar artigos de revisão de literatura, de ensaio teórico e análise de materiais midiáticos ou artísticos; não considerar trabalhos escritos apenas em língua estrangeira ou de acesso pago. A partir desses critérios, foram selecionados 52 artigos, sobre os quais foram aplicados novos critérios de exclusão: artigos de percepção baseados em revisões de literatura; artigos apenas com

resultados quantitativos; e incluindo apenas artigos que abordam resultados sobre práticas sexuais e aspectos morais. Com esses novos critérios de exclusões e inclusão, o levantamento obteve 12 artigos, a partir dos quais a análise de conteúdo foi realizada (Quadro 1).

As categorias foram construídas de forma a explicitar os aspectos morais envolvidos na percepção e no relato das práticas sexuais. Os artigos foram descritos e categorizados, assim, tentou-se, com cada categoria, explicitar e relacionar os resultados gerais descritos. Em seguida, os artigos foram comparados e contrapostos, revelando temas a partir do levantamento e das lacunas identificáveis.

Quadro 1: resultados do levantamento

Categoria	Número de artigos
Categoria 1: Expressão da moralidade em práticas sexuais de pessoas heterossexuais	5
Categoria 2: Expressão da moralidade em práticas sexuais de adolescentes e jovens	2
Categoria 3: Expressão da moralidade em práticas sexuais de homens homossexuais	2
Categoria 4: Práticas sexuais e ambiguidade conceitual	3

Fonte: elaborado pelos autores

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentação das categorias

Quadro 2: apresentação dos artigos por categoria

Categoria	Artigo	Autores	Local/Ano	Ano
Categoria 1: Expressão da moralidade em práticas sexuais de pessoas heterossexuais	A prática sexual de mulheres jovens em tratamento para o câncer de mama	MAIRINK, <i>et. Al</i>	São Paulo e Minas Gerais	2020
	Percepções e vivências de mulheres acerca da sexualidade durante o período de amamentação	OLIVEIRA, <i>et. al</i>	Município de médio porte da região Sul do Brasil	2023
	Compreensão de sexualidade por homens idosos de área rural	CABRAL, <i>et. al</i>	Cruz das Almas (BA)	2019
	Vivências de idosos com doença pulmonar crônica em uso de oxigenoterapia domiciliar prolongada no relacionamento amoroso e sexual	BUENO, <i>et. al</i>	Campinas (SP)	2023
	Atitudes e conhecimentos de idosos sobre intercurso sexual no envelhecimento	SANTOS	Município do Agreste de Pernambuco	2022
Categoria 2: Expressão da moralidade em práticas sexuais de adolescentes e jovens	Não vai acontecer: percepção de universitários sobre práticas sexuais e vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis	SPINDOLA, <i>et. al</i>	Rio de Janeiro (RJ)	2020
	Características socioeconômicas influenciam as atitudes face à sexualidade	ALVES, <i>et. al</i>	Região Metropolitana da Grande Vitória (ES)	2021
Categoria 3: Expressão da	Interações entre crime e sexualidade nas agências punitivas	CARVALO; MELLO	Complexo do Curado (PE)	2021

moralidade em práticas sexuais de homens homossexuais	Pegações cariocas: dos banheiros públicos aos vagões do metrô	FRAGOSO	Rio de Janeiro	2018
Categoria 4: Práticas sexuais e ambiguidade conceitual	O céu de Suely: uma análise sobre as estéticas de Estado na violência policial contra prostitutas	MELLO; SANTOS	João Pessoa (PB)	2018
	Identities e discursos: a construção discursiva da lesbianidade	SOUZA; LIMA	Goiás	2021
	O armário da sexualidade no mundo esportivo	CAMARGO	Brasil e Dinamarca	2018

Fonte: elaborado pelos autores

A Categoria 1 apresenta as percepções das práticas sexuais de participantes heterossexuais cisgêneros. Os artigos tratam majoritariamente do público idoso e feminino. O artigo “A prática sexual de mulheres jovens em tratamento para o câncer de mama” aborda questões referentes às mudanças na vida sexual das participantes decorrentes da oncopatia mamária. As participantes atribuíram que as intervenções médicas para o tratamento interferiram nos aspectos ligados à imagem corporal e autoestima, influenciando até mesmo a expressão de gênero (sentirem-se “menos femininas”). A percepção negativa de si mesma afetou a vida sexual das participantes, que demonstraram sentir vergonha de seu próprio corpo e medo de perder o companheiro por diminuição da frequência ou ausência das relações sexuais. A prática sexual também era constantemente relacionada à dor. Foi apontado que os profissionais de saúde não abordaram com as participantes a retomada da prática sexual, algo apontado como negativo pelas entrevistadas, que acabaram recorrendo à internet para se informar sobre o assunto.

O artigo “percepções e vivências de mulheres acerca da sexualidade durante o período de amamentação” também inicia com questões relacionadas ao padrão estético feminino e sua interferência na vida das participantes. Há uma dicotomia em relação às mudanças corporais, pois num primeiro momento o aumento das mamas foi referido ao aumento do desejo sexual de seus maridos e, após o momento inicial da amamentação, a flacidez, estrias e as decorrentes mudanças no corpo prejudicaram a autoestima e, conseqüentemente, a vida sexual das entrevistadas. As práticas sexuais nesse período foram representadas pelas noções de dor, nojo do leite materno, vergonha e receio de engravidar novamente. A sobrecarga das atividades da maternidade somada à falta de apoio do parceiro nos cuidados com o recém-nascido, foram apontadas como motivo de uma diminuição considerável da libido. Por fim, algumas participantes demonstraram preocupação com a fidelidade do parceiro e receio do casamento acabar por ausência de relações sexuais.

O artigo “compreensão de sexualidade por homens idosos de área rural” apresenta que as concepções de sexualidade dos participantes estão frequentemente relacionadas à prática sexual restrita à genitalidade. Os entrevistados apontavam que, por conta do envelhecimento, há um aumento do afeto nas relações, em detrimento de uma diminuição da frequência da atividade sexual. Também foi levantada a interferência dos problemas de saúde nas práticas sexuais, o que contribuiu para sua diminuição.

O artigo “vivências de idosos com doença pulmonar crônica em uso de oxigenoterapia domiciliar prolongada no relacionamento amoroso e sexual” aponta que o estado de saúde dos participantes interfere nos relacionamentos amorosos e sexuais. Alguns participantes relataram que foram abandonados pelo parceiro por conta da oxigenoterapia e outros tiveram a ideia de pedir para que o parceiro procurasse uma pessoa extraconjugal. Alguns participantes relataram sentir vergonha de manter a atividade sexual devido às novas condições de saúde, por exemplo dispneia; não gostarem da estética dos aparelhos da oxigenoterapia; e outros também indicaram que o próprio parceiro perdeu o interesse sexual pelos mesmos motivos. Em geral, tratavam a oxigenoterapia como um marco de uma nova vida e relatavam uma certa dificuldade em se adaptar à nova realidade e até mesmo resistiram em aceitar o tratamento por tensões na vida sexual. Caracterizam essa fase como uma espécie de luto pela perda da sexualidade.

O artigo “atitudes e conhecimentos de idosos sobre intercurso sexual no envelhecimento” aponta que a maior parte dos entrevistados acredita que o sexo pode trazer algum benefício para a saúde, contudo, muitos também relataram que o interesse sexual desapareceu após os 65 anos. Tanto os homens quanto as mulheres acreditavam que a impotência sexual pode prejudicar o desempenho sexual e também que medicamentos poderiam despertar o desejo sexual. As mulheres relacionaram algumas práticas sexuais, como a masturbação e o próprio sexo, como pertencentes naturalmente aos homens. Alguns idosos também acreditavam que a masturbação faria mal e outros não sabiam dizer se seria algo que traria benefícios à saúde. A maioria dos homens não achava vergonhoso falar sobre sexo e metade das mulheres concordavam. Por fim, alguns participantes acreditavam ser responsabilidade da casa de repouso garantir os direitos sexuais.

A Categoria 2 refere-se aos aspectos morais encontrados nas percepções dos adolescentes e jovens adultos sobre as práticas sexuais. O artigo “Não vai acontecer: percepção de universitários sobre práticas sexuais e vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis” inicia com uma exploração acerca das concepções de sexualidade dos participantes. Foi observado que a sexualidade apareceu ligada à juventude, por meio de afirmações que diziam que a mesma irá acabar conforme forem envelhecendo. As expectativas sobre o comportamento sexual dos indivíduos apareceram de forma diferente a depender do gênero, sendo que as maiores restrições ocorreram em relação às mulheres. Entre os participantes se concluiu que a mulher seja iniciada sexualmente em uma idade mais avançada que os homens e a quantidade de parceiros sexuais que elas se relacionam possui uma relação inversamente proporcional ao respeito e prestígio social.

Ainda sobre o artigo anterior, adentrando as questões das IST's, foram encontrados que os comportamentos de risco estão associados com a inconsequência, principalmente em relação ao gênero masculino. As mulheres relataram sentir que são mais prejudicadas nesse sentido, pois os estigmas recaem mais sobre elas. As mulheres que se relacionavam sexualmente com homens, apontaram que quando os parceiros estavam sob os efeitos de drogas e/ou álcool eles não utilizavam preservativo. Ainda, observou-se a ideia presente entre os participantes de que “pessoas bonitas” não são portadoras de IST's.

O artigo “Características socioeconômicas influenciam as atitudes face à sexualidade” aborda alguns aspectos morais de forma interessante, ainda que hajam poucos resultados que apontem para uma conformidade nas respostas dos participantes. A maior parte dos entrevistados não via problemas em ter relações casuais, sem compromisso e ter uma

diversidade de parceiros, ainda que nem todos possuíssem uma opinião formada sobre isso. Não há uma concordância em relação ao sexo apenas para obtenção de prazer. Em relação aos aspectos de planejamento familiar, educação sexual e ato sexual não convencional, foi encontrada uma tendência à concordância, mas muitos participantes apresentaram não ter uma opinião formada sobre o assunto. Alguns participantes concordaram que a atividade sexual deveria ser realizada apenas após o casamento e privilegiaram a sexualidade masculina em detrimento da exclusão da sexualidade feminina.

A Categoria 3 trata sobre os aspectos morais ligados às práticas sexuais de homens homossexuais. O artigo “Interações entre crime e sexualidade nas agências punitivas” trata sobre casos judiciais em que a vida sexual dos réus foram utilizadas como critérios a favor da condenação. Dentre os casos apresentados, destaca-se que em todos a homossexualidade foi relacionada de alguma forma com a criminalidade, seja por meio da prostituição, do estigma dos relacionamentos homoafetivos ou até mesmo do estigma do HIV. Cria-se uma imagem de homens homossexuais como pessoas instáveis em seus relacionamentos amorosos, vinculados à prostituição e atrelados ao HIV. Também se destaca em especial a criminalização da prática sexual denominada “banheirão”, levantando a questão sobre qual sexualidade é ou não punida.

O artigo “pegações cariocas: dos banheiros públicos aos vagões do metrô” aborda também a questão da marginalização do “banheirão”. Para tanto, evidencia-se que tais práticas sexuais ocorrem de forma escondida, sendo interrompidas quando alguém entra no banheiro. O artigo parte de uma análise de mobilidade espacial e destaca um jogo de posicionamento desta prática entre os homens que querem ser vistos, assim participando das práticas, e os que não querem. Também foi observado uma grande repressão por parte dos estabelecimentos e instituições públicas, que utilizam de agentes de segurança pública ou de limpeza para vigiarem e, se necessário, reprimirem essas práticas sexuais. Além disso, o artigo também apresenta uma série de medidas que os estabelecimentos tomam para impedir tais práticas, como retirar ou impossibilitar o uso de mictórios; diminuir o espaço livre dos banheiros para impedir as práticas sexuais; colocar portas “transparentes” ou mais baixas, que permitem enxergar se há mais de uma pessoa dentro da cabine; interdição permanente de banheiros ou deixar a porta permanentemente aberta. Assim, destaca-se que os praticantes precisavam sempre encontrar pontos cegos para conseguirem realizar as práticas.

A Categoria 4 trata sobre artigos que abordam a prática sexual de forma menos direta, sendo encontrado um problema teórico que será discutido mais à frente. O artigo “O céu de Suely: uma análise sobre as estéticas de Estado na violência policial contra prostitutas” aborda a vivência de prostitutas por meio de suas histórias. A prostituição é tratada como uma prática laboral que é compreendida pelas trabalhadoras como uma “batalha”. As participantes apontaram que o trabalho sexual é algo rentável, mas ao mesmo tempo precarizado e que não gostariam de passar a vida nessa atividade. Há o relato de uma trabalhadora a respeito de um cliente policial que lhe pediu que ela utilizasse sua arma durante o ato sexual, sendo que ele havia apontado a arma para seu pescoço e agido de forma violenta. A mulher em questão ficou assustada e contou ao autor sobre um acidente que havia acontecido com suas colegas. Na ocasião 3 amigas suas estavam indo a um quartel militar para uma festa particular que um dos militares estava promovendo, fizeram brincadeiras com armas e uma sessão de fotos. Em um determinado momento, uma das moças acidentalmente disparou contra sua colega, que faleceu na hora. O artigo retrata essas situações como a arma sendo um objeto-

fetichismo que escancara a violência estatal contra essas trabalhadoras, propondo uma discussão que relaciona as consequências de trazer a violência social para o campo do prazer sexual.

O artigo “Identidades e discursos: a construção discursiva da lesbianidade” aborda o processo de uma participante em se descobrir uma mulher lésbica. A entrevistada relatou que o casamento com um homem e a pressão social por ainda ser virgem foram fatores que contribuíram para que ela vivesse parte da sua vida sem conseguir realizar sua sexualidade de forma saudável. Aponta que acabou se envolvendo com seu ex-marido apenas para obter sua primeira relação sexual. Teve dificuldades em manter relações sexuais com seu marido e não conseguia se masturbar, relacionado que a vida emocional afetava sua vida sexual. Apontou sua relação afetivo-sexual com uma mulher como ponto de mudança na forma de se identificar e até mesmo de vivenciar as experiências sexuais, que passou a sentir de forma mais prazerosa.

O artigo “O armário da sexualidade no mundo esportivo” discute o processo de “declarar-se gay” no mundo esportivo. Inicialmente, entrevista um atleta que mantém relações sexuais com mulheres, mas possui preferência por homens, sendo este participante um homem que faz sexo com homens. O artigo aborda a categoria male sex with male (MSM) como uma prática sexual de risco e faz relação entre a transmissão de HIV com a orientação sexual. Aborda que o termo MSM é utilizado por alguns homens como uma forma de continuar sendo “macho”, indicando uma relação entre orientação sexual e identidade de gênero.

Discussão das categorias

Por meio do material levantado, observou-se que os aspectos morais ligados à sexualidade recaem sobre todos os públicos abordados nos artigos, contudo as repressões são expressas de formas mais violentas a depender do gênero e da orientação sexual. A maior parte dos artigos está concentrada na Categoria 1, que trata sobre as práticas sexuais heterossexuais, o que aponta para uma certa predileção dos estudos com esta manifestação sexual. Grande parte dos artigos evidencia que os entrevistados tendem a validar mais as manifestações da sexualidade de homens heterossexuais (BUENO et al., 2023; CABRAL et al., 2019; MAIRINK et al., 2020; OLIVEIRA et al., 2023; SANTOS, 2022), ao mesmo tempo que a sexualidade feminina e a homossexualidade são anuladas e apagadas. Estes resultados vão ao encontro de discussões presentes na literatura, evidenciando que quanto mais distante do eixo cisheteronormativo, maior será a repressão imposta à sexualidade (LOURO, 2009).

A garantia do exercício da sexualidade masculina heterossexual é algo presente no discurso tanto de homens quanto de mulheres (BUENO et al., 2023; MAIRINK et al., 2020; OLIVEIRA et al., 2023). Fato que pode ser percebido por meio da ideia de que os homens possuem uma necessidade natural e biológica em relação ao sexo (SANTOS, 2022). Ou também por meio do receio de mulheres serem abandonadas ou traídas por seus maridos devido à ausência ou diminuição da frequência do ato sexual, que corrobora para o pensamento exposto anteriormente (MAIRINK et al., 2020; OLIVEIRA et al., 2023).

A sexualidade masculina heterossexual, contudo, não está isenta aos princípios da moral sexual. A performance sexual de homens e mulheres heterossexuais está atrelada ao sexo penetrativo (BUENO et al., 2023; CABRAL et al., 2019; SANTOS, 2022), que arbitrariamente é relacionado com a ideia de virilidade (GIAMI, 2009). Cabe destacar que

entre os homens homossexuais, observou-se que a figura do homem ativo - quem penetra - e a prática sexual de “homens que fazem sexo com homens” buscam manter aspectos desta mesma virilidade existente entre os homens heterossexuais (CAMARGO, 2018). Por outro lado, os homens incapazes de performar o sexo penetrativo são hostilizados e estigmatizados (GIAMI, 2009). A disfunção erétil (DE) é apresentada pelos artigos como algo que interfere negativamente na sexualidade dos homens (CABRAL et al., 2019), o que também é reforçado pelas idosas que acreditam que a DE prejudica o desempenho sexual (SANTOS, 2022).

Na maior parte dos artigos da primeira categoria, foi encontrado uma preferência entre os participantes ao sexo penetrativo vaginal e, ainda que as condições fisiológicas exigissem adaptações nas práticas sexuais, os entrevistados manifestaram certa resistência em abandonar tal prática (CABRAL et al., 2019; MAIRINK et al., 2020; OLIVEIRA et al., 2023; SANTOS, 2022). Nos artigos da Categoria 2, observou-se o oposto, pois os jovens e os adolescentes apresentaram uma maior abertura a outras vivências e práticas sexuais (ALVES et al., 2021; SPINDOLA et al., 2020). A prática sexual costuma aparecer na sociedade ligada a ideia do sexo pautado na penetração vaginal (CABRAL et al., 2019; SANTOS, 2022; GIAMI, 2009), tratando-se de um privilégio arbitrário da zona genital tida como central na vida sexual (LACAN, 2005). Este discurso também aparece alinhado ao sistema cisheteronormativo, uma vez que determina, através da representação social sobre a prática sexual, a heterossexualidade e a cisgeneridade como a norma.

No discurso hegemônico, a sexualidade feminina é apresentada como fundamentada no modelo mulher-mãe-heterossexual (SOUZA; LIMA, 2021), ideia encontrada em consonância com OLIVEIRA et al. (2023), evidenciando questões sociais acerca das práticas sexuais das mulheres. Os artigos da Categoria 1 que tratam sobre a sexualidade feminina mostram que as práticas sexuais estão associadas a dor e o nojo (MAIRINK et al., 2020; OLIVEIRA et al., 2023), sentimentos resultantes da falta de adaptação da atividade sexual à realidade das participantes. Tais representações não se dão por acaso, há uma importante relação entre os sentimentos das participantes sobre o ato sexual e a percepção de sua imagem corporal (MAIRINK et al., 2020; OLIVEIRA et al., 2023). Seja por conta das mudanças corporais provocadas pela gravidez, intervenções cirúrgicas ou até mesmo devido ao envelhecimento, o padrão estético recai sobre as mulheres de maneira mais agressiva, o que interfere diretamente nos aspectos libidinais.

Ainda sobre o tema da sexualidade feminina, outro aspecto moral evidenciado refere-se ao momento da iniciação sexual das mulheres. Num primeiro momento, a primeira relação sexual feminina aparece ligada a uma noção de “pureza” que está atrelada ao resguardo da virgindade da mulher para o casamento (ALVES et al., 2021; SPINDOLA et al., 2020). Contudo, a mulher que envelhece e continua virgem também sofre com uma pressão social para ter a sua primeira experiência sexual (SOUZA; LIMA, 2021). A questão da idade relacionada ao gênero feminino também surge em outros contextos, como por exemplo através de dados que apontam para um entendimento de que a mulher idosa inevitavelmente perde sua libido devido a menopausa (SANTOS, 2022).

As representações sociais acerca da sexualidade na velhice abordam o tema de forma jocosa e repressiva, de modo que a ideia de uma vida sexual ativa junto ao envelhecimento seja impensável (RISMAN, 2011). Esta ideia mostrou-se presente tanto no discurso do público jovem quanto dos próprios idosos (CABRAL et al., 2019; SANTOS, 2022; SPINDOLA et al., 2020), evidenciando a existência de um aspecto moral que liga a vivência

da sexualidade somente para a juventude (JUNQUEIRA, 2009). É comum que algumas mudanças biológicas ou interferências na saúde dos idosos demandem uma mudança na forma de manter as relações sexuais (RISMAN, 2011). Entretanto, também foi observado que o adoecimento é trazido como um fator que prejudica a vivência da sexualidade independentemente da idade, algo que se estende não apenas ao doente, mas também ao parceiro que perde o interesse sexual (BUENO et al., 2023; CABRAL et al., 2019; MAIRINK et al., 2020; SANTOS, 2022).

Partindo para a análise específica das demais categorias que não englobam o eixo heterossexual, foi observado que as práticas sexuais de homens homossexuais são alvo de marginalização do Estado e, por consequência, da sociedade (CAMARGO, 2018; CARVALHO; MELLO, 2021; FRAGOSO, 2018). Nos artigos que compõem a Categoria 3 foram encontrados uma série de ações do Estado que reprimiam as práticas homossexuais por meio de intervenções diretas e explícitas. No caso das práticas conhecidas como “banheirão”, observou-se uma mobilização do Estado em impedir, por meio de dispositivos espaciais ou agentes de segurança, o acesso dos praticantes aos banheiros públicos, algo que também ocorre de forma similar em estabelecimentos privados (FRAGOSO, 2018). Para reprimir e reprimir as práticas sexuais de homens homossexuais, o Estado utiliza até mesmo do poder jurídico para criminalizar a homossexualidade, ao mesmo tempo que a utiliza como prova para a condenação do réu (CARVALHO; MELLO, 2021).

A criminalização das práticas sexuais não é algo restrito à homossexualidade, já que o artigo da Categoria 4 que trata sobre a prostituição aborda este mesmo ponto. A prostituição, ainda que não seja criminalizada no Brasil, também é tratada de forma marginalizada, expondo as trabalhadoras a condições de trabalho precarizados (MELLO; SANTOS, 2018). Assim, cabe questionar quais são as práticas sexuais criminalizadas pelo Estado e quais os critérios para considerar qual prática é válida ou não.

Retomando as questões referentes à homossexualidade, foi observado que algumas representações de homens que mantém relações sexuais com parceiros do mesmo gênero ainda reproduzem a ideia da homossexualidade ligada com a contaminação por HIV (CAMARGO, 2018; CARVALHO; MELLO, 2021). Tal representação, além de ultrapassada e já superada, expõe um estigma ligado à homossexualidade construído durante o período da pandemia de HIV (OMS, 2020). Além do mais, a ligação da homossexualidade como fator de risco para a contaminação por HIV, expõe uma vulnerabilidade coletiva, uma vez que a forma de prevenção mais eficaz contra o vírus é a utilização de métodos de barreiras, independente da orientação e da prática sexual realizada, como indicada pela OMS.

Por fim, a Categoria 4 levanta um tema muito diferente do que discutido a partir das demais categorias. Foi observado que por vezes a orientação sexual é tratada como sinônimo para prática sexual (CAMARGO, 2018; SOUZA; LIMA, 2021). Neste mesmo sentido, a prostituição, em alguns momentos, confunde-se por fazer uma interface entre atividade laboral e uma prática sexual. Apesar disso, a OMS (2020) sinaliza a importância para a atenção dessa população, pois sofrem maior discriminação e estigma devido à falta de mediação do Estado sobre esse tipo de trabalho. Com isso notou-se que a falta de um referencial teórico na literatura que conceitualize de forma sistemática o que são práticas sexuais, interfere para que a produção científica na área avance por meios mais diretivos e operacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas, foi possível compreender a existência de inúmeros aspectos morais ligados às práticas sexuais, de forma a ser impossível neste trabalho explorar todos de forma exaustiva. Dentre os aspectos analisados, os dados apontam para uma representação social das práticas sexuais ideais associadas a um corpo saudável, jovem, heterossexual e preferencialmente do gênero masculino. Considerando as exigências morais para a vivência de uma sexualidade saudável, observa-se que as práticas sexuais de inúmeros outros grupos sociais ficam necessariamente excluídas do âmbito social.

A falta de um referencial teórico na literatura para conceituar as práticas sexuais mostrou-se como um limitador deste trabalho, levantando questões para os autores sobre atividades sexuais, como a prostituição ou mesmo a orientação sexual, serem ou não consideradas dentro do campo das práticas. Outro ponto de destaque relaciona-se com o fato de que a heterossexualidade em nenhum momento é apontada como um tipo de prática sexual, algo que ocorre ligado apenas à homossexualidade. Há uma necessidade urgente de pesquisas na área para que outras formas de práticas e expressões sexuais sejam alvo de investigação a fim de garantir o acesso aos direitos sexuais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Juliani da Silva Araújo et al. Características socioeconômicas influenciam as atitudes face à sexualidade em adolescentes. *Journal Of Human Growth And Development*, v.31, n.1, 2021, p.101-115. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.36311/jhgd.v31.11084>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ARRUDA, Guilherme de Lima; SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos. “É proibida a igualdade gênero nesse estabelecimento”: discursos sobre a “Lei da Ideologia de Gênero” em Santa Rita, Patos e Campina Grande – Paraíba (2017-2018). *Educação e Formação*, v.6, n.2, 2021, p.1-16. Disponível em: <https://doi.org/10.25053/redufor.v6i2.4189>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARRETO, Victor Hugo de Souza. Responsabilidade, consentimento e cuidado. Ética e moral nos limites da sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), n.35, 2020, p.194-217. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2020.35.10.a>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BARRETO, Victor Hugo de Souza. A pesquisa em práticas sexuais: política e moralidades na academia. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, n.43, 2019, p.203-229. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41801>. Acesso em: 20 ago. 2023

BOECHARD, Gianni Marcela; OLIVEIRA, Angela do Nascimento Paranha. Educação X Indústria Cultural: a produção do ressentimento e semiformação. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo*, v.3, n.3, 202, p.1-12. Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v3i3.5588>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BUENO, Giovanna Hass. et al. Vivências de idosos com doença pulmonar crônica em uso de oxigenoterapia domiciliar prolongada no relacionamento amoroso e sexual. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v.26, n.1, 2023, p.1-8. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-22562023026.230085.pt>. Acesso em: 20 ago. 2023

CABRAL, Nidiane Evans da Silva et al. Compreensão da sexualidade por homens idosos de área rural. *Revista Baiana de Enfermagem*, v.33, n.1, 2019, p.1-7. Disponível em: <https://doi.org/10.18471/rbe.v33.28165>. Acesso em: 20 ago. 2023.

CAMARGO, Wagner Xavier. O armário da sexualidade no mundo esportivo. *Revista Estudos Feministas*, v.26, n.1, 2018, p.1-18. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n142816>. Acesso em: 20 ago. 2023

CANASIRO, V. H. R. et al. Categorias emergentes sobre a conceituação de sujeito no primeiro volume da história da sexualidade. In: BORTOLOZZI, A. C. et al. (Org.). *Questões sobre sexualidade e educação sexual: novos paradigmas e horizontes*. Bauru: Gradus Editora, 2021, p.77-86.

CARVALHO, Gustavo Pires; MELLO, Marília Montenegro Pessoa. Interações entre crime e sexualidade nas agências punitivas. *Revista Direito e Praxis*, v.12, n.3, 2021. p.1869-1894. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/49398>. Acesso em: 20: ago. 2023.

FRAGOSO, Paulo Alan Deslandes. Pegações cariocas: dos banheiros públicos aos vagões do metrô. *Periódicus*, n. 8, v. 1, nov. 2017 - abr. 2018 p.177-2 12. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/peri.v1i8.23947>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. A constituição histórica da doença mental. In: *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

FOUCAULT, Michel. A linguagem ao infinito. In: *Ditos & Escritos*. v. 3. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FREUD, Sigmund. Sobre os critérios para destacar da neurastenia uma síndrome particular intitulada ‘neurose de angústia’. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.3, 1996a.

FREUD, Sigmund. Moral Sexual ‘Civilizada’ e Doença Nervosa Moderna. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.7, 1996b.

FREUD, Sigmund. Totem e Tabu. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.13, 1996c.

FREUD, Sigmund. Mal-estar na civilização. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v.21, 1996d.

GIAMI, Alain. Da impotência à disfunção erétil: destinos da medicação da sexualidade. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 19, n. 3, 2009, p. 637-658. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/qyfrvWs5d3V8w3XrSwSsYNt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, 2009, p.13-52.

LACAN, Jacques. *O seminário 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LIMA NETO, Avelino Aldo de; SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos; BASSALO, Lucélia de Moraes Braga. Apresentação do Dossiê - Educação do corpo e do gênero: histórias, discursos e práticas. *Educação & Formação*, v. 6, n. 2, 2021, p. 1-4. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25053/redufor.v6i2.5512>. Acesso em: 20 ago. 2023.

LOURO, G. L. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, 2009, p.85-94.

MAIRINK, Ana Paula Alonso Reis et al. A prática sexual de mulheres jovens em tratamento para o câncer de mama. *Escola Anna Nery*, v. 24, n. 3, 2020, p.1-9. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2019-0360>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MELLO, Breno Marques; SANTOS, Samara Monteiro Santos. O céu de Suely: uma análise sobre as estéticas de Estado na violência policial contra prostitutas. *Revista de Ciências do Estado*, v. 3, n. 2, 2018, p.117-134. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2525-8036.2018.5130>. Acesso em: 20 ago. 2023.

OLIVEIRA, Lidiane Naiara et al. Percepções e vivências de mulheres acerca da sexualidade durante o período de amamentação. *Reme - Revista Mineira de Enfermagem*, v. 27, n.1, 2023 p.1-11. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.35699/2316-9389.2023.38302>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). *Saúde Sexual, Direitos Humanos e a Lei*. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

RIBEIRO, Claudio de Oliveira. O princípio pluralista, corporeidade e sexualidade. *Estudos Teológicos*, v. 60, n. 1, 2020, p.283-297. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22351/et.v60i1.3662>. Acesso em: 20 ago. 2023.

RISMAN, Arnaldo. Sexualidade e Envelhecimento. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 22, n. 2, p. 51-61, 2011, p.51-61. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/222. Acesso em 20 ago. 2023.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, Iara de França. Atitudes e Conhecimentos de Idosos sobre Intercurso Sexual no Envelhecimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, n.1, 2022, p.1-11. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003235106>. Acesso em: 20 ago. 2023

SARTORI, Thiago Luiz. Políticas Públicas, Educação para os Direitos Humanos e Diversidade Sexual. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev Pemo*, v. 3, n. 3, 2021, p.1-14. Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v3i3.5484>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SOUZA, Maria Clara Guimarães; LIMA, Priscila Melo Ribeiro. Identidades e discurso: a construção discursiva da lesbiandade. *Psicologia em Revista*, v. 27, n. 2, 2021, p.285-202. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/22690/20804>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SPINDOLA, Thelma et al. Não vai acontecer: percepção de universitários sobre práticas sexuais e vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis. *Revista Enfermagem UERJ*, v. 28, n.1, 2020, p.1-7. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2020.49912>. Acesso em: 20 ago. 2023.

Informações do(a)s autor(a)(es)

Nome do autor: Isabela de Oliveira Fogaça

Afiliação institucional: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

E-mail: isabela.fogaca@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7613-9867>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1405381962260595>

Nome segundo autor: George Miguel Thisoteine

Afiliação institucional: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

E-mail: george.thisoteine@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0823-3522>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0416487396047401>.

Nome terceiro autor: Andre Luiz Gellis

Afiliação institucional: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

E-mail: andre.gellis@unesp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7412-9964>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7209382563017496>.